

A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA/Brasil/nila.madureira@ifpa.br
Arlete Maria Monte de Camargo – UFPA/Brasil/ acamargo@ufpa.br

1. INTRODUÇÃO

A atenção à formação de professores tem se intensificado ao longo das últimas décadas do século XX e do início do século XXI, tornando-se alvo do controle dos interesses das classes hegemônicas, sob a liderança dos Organismos Multilaterais, que têm pautado, de maneira significativa, orientações capazes de impactar o trabalho docente em âmbito mundial. Sobre essa questão, no contexto brasileiro, Rabelo e Camargo (2023) evidenciam que o trabalho docente, assim como o de outras profissões, demanda que o professor disponha de condições objetivas e subjetivas adequadas no ambiente educacional, a fim de cumprir sua função no processo de escolarização e promover a formação política e intelectual dos sujeitos, o que nem sempre se concretiza.

Appel *et al*. (2011, p. 22) sinalizam que há, no mundo, pelo menos quatro grandes grupos pautando a hegemonia da economia global. Esses grupos interferem, sobretudo, nas áreas da educação, por entenderem que "[...] na educação, a agenda neoliberal manifesta-se em ligações mais íntimas entre as escolas e as empresas, além da implementação de reformas de 'livre mercado', tais como os vouchers (vale-escola), na política educacional". Ou seja, essas relações se estabelecem por meio de uma simbiose favorável às classes hegemônicas, uma vez que tais grupos exercem poder de controle tanto do ponto de vista econômico, quanto no que concerne aos aspectos sociais, considerando que possuem a tutela do Estado para agir e manipular conforme os interesses do poder vigente.

Nesse sentido, vale salientar, conforme Camargo *et al*. (2022) e Appel *et al* (2011), que as políticas educacionais brasileiras e em âmbito mundial, ao final do século XX, têm sido marcadas por reformas incentivadas pelas políticas neoliberais, as quais, desde a década de 1970, têm o intuito de oferecer respostas às sucessivas crises econômicas globais. Os Estados nacionais têm adotado uma postura crucial nas relações entre o público e o privado,



promovendo o escoamento de recursos públicos para atender aos interesses de Organismos Internacionais como OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), que atuam pela lógica gerencial, o que afeta diretamente o cenário político e educacional.

O neoliberalismo, de acordo com Hypólito (2021), não é somente uma política econômica, mas uma racionalidade discursiva que permeia nossa produção política, econômica, social e cultural; ou seja, trata-se de uma lógica que se expande e alcança todos os campos da sociedade. Compreendê-lo significa entender, conforme Appel (2011), as articulações e os arranjos que as políticas neoliberais criam, para que possamos, enquanto educadores e pesquisadores, pensar e construir outras possibilidades de luta e enfrentamento.

O presente resumo expandido está estruturado nos seguintes tópicos: inicialmente, apresenta-se uma breve introdução ao tema em discussão; em seguida, justifica-se a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho. Posteriormente, realiza-se uma reflexão sintética sobre alguns aspectos relacionados à formação inicial e continuada de professores, à aproximação dessa categoria com a Educação Inclusiva e o neoliberalismo, objeto do projeto de tese em desenvolvimento[1], bem como aos desafios no campo da educação para o século XXI. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza bibliográfica, a qual se propõe a compreender as articulações entre a realidade e a teoria do que já foi desvelado em outras áreas do conhecimento. Ela também é de cunho teórico e qualitativo, "é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa [...]" Minayo e Sanches (1993, p.06). Nesse sentido, tal metodologia nos permite evidenciar teoricamente o debate acerca da formação de professores no contexto das políticas neoliberais e as devidas relações com o campo da educação inclusiva.

Salientamos que neste trabalho adotamos o método a revisão não sistematizada; Rodrigues e Nelbert (2023) apontam que, em muitos casos nesse tipo de revisão, o

[1] Projeto de tese: "Educação Especial e a Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva na Amazônia: um estudo sobre a formação inicial de docentes das disciplinas propedêuticas".

levantamento bibliográfico é realizado de forma simplificada, apresentando menor rigor metodológico na busca e seleção do material a ser pesquisado. Desse modo, nos apoiamos em estudos que abordem a formação docente, o neoliberalismo e a educação inclusiva. Foram consultadas obras de Appel (2011), Freitas (2002), Gatti (2010), Gentile (2010), Maués (2011), Camargo e Hage (2004), Camargo et al (2022), Pires & Cardoso (2020), além de documentos como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/96) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). O método fundamenta-se na análise crítica das relações entre as políticas neoliberais e a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva.

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A década de 1990, é o marco temporal para iniciarmos o debate sobre a formação inicial e continuada de professores, pois foi a partir desse período que essa categoria passou a ocupar lugar central frente às demandas educacionais, sobretudo no que se refere ao rendimento escolar e a eficiência do trabalho docente diante às novas configurações no mundo do trabalho (Freitas, 2002; Gatti, 2010). Emerge nessa época sucessivas reformas curriculares as quais introduziram a lógica das competências e a padronização, alinhadas às demandas de organismos internacionais como a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). O panorama que se apresenta nesse contexto é por uma formação técnica, aligeirada e mercadológica, esvaziando o sentido crítico e emancipatório que possa integrar o trabalho docente (Pires & Cardoso, 2020).

Camargo *et al.* (2022) e Appel *et al* (2011), destacam que, desde o final do século XX, as políticas educacionais em âmbito internacional e nacional têm sido influenciadas pelo neoliberalismo, resultando na privatização e no desvio de recursos públicos para o setor privado. Nesse período, a educação se enfraquece como direito e as desigualdades regionais se ampliam, afetando especialmente as populações mais vulneráveis economicamente. Portanto, é nesse contexto que esse trabalho visa refletir e problematizar repercussões das políticas neoliberais sobre a formação de professores na educação inclusiva.

A educação inclusiva constitui um paradigma voltado à democratização do ensino e à valorização da diversidade. Roger Slee (2011, p. 203) compreende que "Apesar de sua apropriação pelas agendas neoconservadoras da educação, a educação inclusiva originou-se como, e luta por permanecer, um projeto fundamentalmente crítico". Para Santos (2003), a inclusão deve garantir a participação plena de todos os cidadãos na sociedade. Entretanto, sua implementação é marcada por desafios estruturais e históricos, bem como falta de investimentos e pela ausência de políticas efetivas (Neves et al., 2019; Camargo *et al*., 2022).

Apesar de avanços normativos expressos em legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, 2015), observa-se que a materialização dos princípios nelas previstos ainda enfrentam limitações significativas. Tal descompasso evidencia que, embora o arcabouço legal busque consolidar o direito à educação para todos e os acordos internacionais coadunem com esse discurso, a efetivação dessas políticas é condicionada por fatores estruturais, econômicos, políticos, culturais e institucionais que dificultam a transformação do discurso normativo em prática educativa concreta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o neoliberalismo atua como uma racionalidade que transforma a educação em instrumento de controle social e mercantilização. Nesse sentido as literaturas e pesquisas em educação apontam que, o neoliberalismo representa uma forma de hegemonia sustentada por estratégias políticas, econômicas e jurídicas voltadas a oferecer uma resposta dominante à crise do capitalismo iniciada no final da década de 1960 e evidenciada nos anos 1970. As reformas neoliberais reduzem a possibilidade de alternativas educativas críticas e subordinam a formação docente às exigências do mercado, suprimindo direitos e reconfigurando a finalidade da escola e dos trabalhadores que nela atuam.

Os apontamentos teóricos até aqui descritos, assim como todo o aparato utilizado pelos sistemas vigentes, permitem-nos compreender que o neoliberalismo, mais do que um modelo econômico, constitui uma racionalidade política e social que redefine o papel da educação, subordinando-a às exigências do mercado e à lógica da produtividade.

Nesse contexto, a formação de professores passa a ser orientada por uma lógica gerencial, na qual predominam o alcance de metas, a avaliação meritocrática, o uso de recursos padronizados e a predominância de avaliações em larga escala, elementos que contribuem para o enfraquecimento das dimensões crítica, humanizadora e inclusiva da educação. Tal cenário evidencia, no âmbito escolar, princípios excludentes, uma vez que tais práticas se tornam barreiras ao acesso e à permanência de grupos diversos no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. O mapeamento da educação crítica. **Educação Crítica**: análise internacional**,** p. 14-32, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei n°13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. HAGE, Salomão. A política de formação de professores e a reforma do ensino superior. MANCEBO, Deise; FÁVERO, M. de Lourdes Albuquerque (Orgs.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente.** São Paulo: Cortez, p. 263-283, 2004.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de; ANDRADE, Antonia Costa; CAMARGO, Leila Maria. A formação docente na Pós-Graduação nas Amazônias brasileiras é de quem? Alguns desafios curriculares e formativos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. e2184, 2022.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 136-167, 2002.

GATTI, B.A. **Formação de professores no Brasil:** características e problemas., Educ. & Soc. v. 31, n. 113, p. 1355-1379, dez. 2010.



GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. **Escola SA:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**.** Brasília: CNTE, p. 9-49, 1996.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 46, p. 35-52, 2021.

MAUÉS, O. C. A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação? **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-85, jan./abr. 2011.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

NEVES, J. D'Arc de V.; MACIEL, R. A.; OLIVEIRA, M. V. S. Representações de práticas inclusivas: da realidade vivida aos caminhos da inclusão no ensino superior na Amazônia paraense. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, n. 255, p. 443-463, 2019.

PIRES, Manuella de Aragão; CARDOSO, Lívia de Rezende. BNC para formação docente: um avanço às políticas neoliberais de currículo. **Série-estudos**, v. 25, n. 55, p. 73-93, 2020.

RABELO, Maria José Santos; CAMARGO, Arlete Maria Monte de. Trabalho docente no processo de inclusão: uma revisão integrativa. **Pesquisa em foco**, v. 28, n. 1, 2023.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, Patricia da Silva. **Introdução à pesquisa bibliográfica.** 2023.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O Papel do Ensino Superior na Proposta de Uma Educação Inclusiva. **Revista Movimento–**Revista da Faculdade de Educação da UFF–nº, v. 7, p. 78-91, 2003.

SLEE, Roger. O paradoxo da inclusão: a política cultural da diferença. **APPLE; MW; AU, W.; GANDIN, LA Educação crítica: análise internacional. Trad. Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed**, p. 203-216, 2011.